

**ATUAÇÃO DO ESTADO NA EVOLUÇÃO CAPITALISTA DA ESTRUTURA
FUNDIÁRIA BRASILEIRA: UM OLHAR A PARTIR DA CONFIGURAÇÃO
REGIONAL**

**ACTION OF THE STATE IN THE CAPITAL EVOLUTION OF THE BRAZILIAN
GROUND STRUCTURE: A VIEW FROM THE REGIONAL SETTINGS**

Reinaldo Vasconcelos Nascimento
Universidade Federal de Sergipe – Departamento de Geografia
reigeo@bol.com.br

Benizário Corrêa de Souza Júnior
Universidade Federal de Sergipe – Departamento de Geografia

Prof.^a Acássia Cristina Souza
Universidade Federal de Sergipe – Departamento de Geografia
acs@ufs.br

Prof.^a Núbia Dias dos Santos
Universidade Federal de Sergipe – Departamento de Geografia
Laboratório de Estudos Rurais, Orientadora
nubiadi@ig.com.br

Resumo: A pesquisa analisa a atuação do Estado brasileiro e suas implicações na divisão regional do trabalho, através do financiamento de atividades econômicas que beneficiam os grandes proprietários de terra, direcionando o país para se consolidar no cenário internacional como fornecedor de produtos primários, ao tempo em que destina ao conjunto da sociedade, políticas pontuais e compensatórias que favorecem a reprodução da força de trabalho para beneficiar grupos econômicos, numa ação antagônica e perversa para parcela significativa da população brasileira. A compreensão deste processo considerou a atuação do Estado, do período colonial ao vigente, tendo em vista a espacialização econômica regional e como as diferentes etapas contribuíram para caracterizar a atual estrutura fundiária do país.

Palavras-chave: Estado, Evolução Capitalista, Estrutura Fundiária e Configuração Regional.

Abstract : The research examines the Brazilian state performance and its implications within the labor regional division, through the financing of economic activities which benefit the big owners of land, directing the country to consolidate itself in the international arena as a supplier of primary products, as it directs towards society punctual and compensatory policies that favor the reproduction of the workforce to

benefit economic groups, in a perverse and antagonistic action for significant portion of the Brazilian population. The understanding of this process considered the performance of the state from the colonial period to the current one, viewing the regional economic spacing and how the different stages contributed to characterize the current land structure of the country.

Keywords: State, Capitalist Development, Land Structure and Regional Configuration.

I. O Estado Capitalista Brasileiro no Período Agro-exportador

O Brasil, recém “descoberto” pelo capitalismo mercantil das potências européias, é incorporado por Portugal, como mero fornecedor de matérias primas para o mercado mundial. Isto caracterizaria o país, até então colônia, com uma configuração regional arquitetada de maneira desarticulada, aparentemente independente umas das outras por ligarem-se diretamente aos grandes centros, estando voltadas apenas para o mercado externo, atendimento da metrópole.

Como este período se estende desde a colonização até as primeiras décadas do século XX, é importante analisar mais especificamente quais foram as mudanças conjunturais externas e internas que proporcionaram à configuração regional e a estrutura fundiária neste período.

O início da Colonização

Em meados de 1500, a coroa portuguesa, em busca de “incentivos” imediatos à instalação de uma colônia tipo exploração, com a presença de metais preciosos, não se sentiu motivada a investir grandes somas neste território, pois, diferentemente do lado Espanhol (costa oeste) que logo descobriram estes, preferiram relegar à iniciativa privada a responsabilidade de exploração e efetivação da presença portuguesa na colônia.

A princípio foi implantado um regime de Capitanias Hereditárias, que não se consolidou como eficiente meio de ocupação, já que poucas capitanias prosperaram. Ainda insistindo neste viés de ocupação, a Coroa Portuguesa implementou um sistema

que fazia concessões de terra a quem as solicitasse, desde que provasse o interesse e a capacidade de explorá-las, conhecido como Sesmarias.

Podemos observar que com essa conjuntura estrutural, devido a grande dimensão territorial e a incipiente administração da Coroa, os investidores que aqui se instalassem possuíam uma grande mobilidade e autonomia.

O poder político do Brasil Colonial é desde o início, portanto, *bipolar*, ou seja, ele se estabelece formalmente à base de um pólo central, (...), e pela presença econômica e política dos senhores de terra e engenho, disseminados ao longo do litoral, principalmente.¹ O Brasil colonial foi, assim, organizado como uma empresa comercial resultante da aliança entre a burguesia mercantil (inclusive holandesa) e nobreza.²

O sistema de Sesmarias, embora de maneira relativamente lenta, conseguiu efetivar a presença portuguesa ao longo do litoral com a agricultura tipo *plantation*, e se embrenhar para o oeste através da pecuária extensiva.

Embora possa se pensar que o relativo êxito no tocante a ocupação territorial do sistema de Sesmarias e do cultivo da cana-de-açúcar tenha sido arquitetado por Portugal, na realidade pode ser considerado obra do “acaso” que se encarregou de reunir, ao longo do tempo oportuno, os fatores necessários à implementação do cultivo e posteriormente dos engenhos, já que devem ser consideradas as dificuldades técnicas, os elevados custos (em um primeiro instante que Portugal não estava disposto a pagar) e principalmente a falta de mão-de-obra, indisponível no Brasil, além de escassa na Europa. No entanto, devido ao desenvolvimento técnico de Portugal, que já possuía relativa experiência na produção, e o interesse de alguns países europeus em financiar os custos advindos desta implementação, como a Holanda, pois o açúcar constituía especiaria muito valorizada entre os europeus, e sua produção era monopolizada pelos venezianos, uma concorrência em grande escala tornou-se muito atrativa. Já o problema da mão-de-obra, foi resolvido pela adoção do trabalho escravo, que fez os custos diminuírem o suficiente para tornar economicamente viável este tipo de atividade econômica, considerando que os custos para atrair trabalhadores europeus para a colônia inviabilizaria a produção da cana-de-açúcar.

No tocante a estrutura fundiária, o controle exercido pela coroa para conceder e fiscalizar as sesmarias, já que “a terra era vista como parte do patrimônio pessoal do rei, como domínio da coroa, e sua aquisição decorria de uma doação pessoal, segundo

¹ COSTA, Wanderley M. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo: Editora USP, 2001.

² BECKER, Berta K. e EGLER, Cláudio A.G. **Brasil uma Nova Potência Regional na Economia – Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

os méritos dos pretendentes e os serviços por eles prestados à Coroa”,³ ocasionou num crescimento desordenado das concessões, já que a terra era vista como um meio para se obter status social. Um pré-requisito para a concessão era o aproveitamento econômico destas terras, o que motivou muitos sesmeiros a explorar a pecuária como forma de legitimar suas posses, além de expandir suas concessões.

Com o desenvolvimento das lavouras de açúcar nas Antilhas, o Brasil perdeu o monopólio do produto. Com melhor competitividade, o açúcar Antilhano e das ilhas do Caribe foram responsáveis pela decadência da atividade canavieira no Brasil.

Nesta época, a mineração, que pode ser considerada como um marco na história e na formação econômica e territorial do país, já que, além de constituir um capítulo a parte do período agro-exportador, modificou totalmente a dinâmica interna do país, deslocando não só o eixo econômico-administrativo para a região centro-sul, mas conferindo à região um caráter diferenciado das demais, demandando novas necessidades, o ciclo da mineração antecedeu o caráter urbano-industrial da região, conferindo-lhe uma infra-estrutura prévia, mesmo que incipiente, para o posterior desenvolvimento industrial impulsionado pelo café.

O ciclo da mineração, embora breve, foi altamente intenso, conferindo ao Brasil o título de maior exportador de ouro da época. “A exportação alcançou seu ponto máximo em torno de 1760, quando atingiu 2,5 milhões de libras, mas declinou rápido, e em 1780 não alcançava um milhão de libras (Furtado, 1959)”.⁴

Embora de relativa importância econômico-territorial, a mineração não causou mudanças na estrutura básica da sociedade brasileira, que continuou essencialmente escravista, embora tenha favorecido o surgimento de uma incipiente classe média composta por novos agentes sociais essencialmente urbanos, como médicos, artesãos, entre outros.

Com o desenvolvimento das relações capitalistas na Europa e sua imposição ao comércio mundial, a terra passou a ser vista como mais uma mercadoria, que teria seu valor atrelado não somente a sua capacidade de produção, mas também a sua própria existência primária. Assim, muitos sesmeiros que não cultivavam suas concessões, passaram a enxergar a simples propriedade da terra como algo rentável.

Arelado a isto, as pressões, principalmente da Inglaterra, para a extinção do tráfico negreiro, não por ser uma benevolente potência, mas por precisar articular a expansão do seu mercado consumidor (que a princípio o Brasil optou que não fosse

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

composto pelos negros libertos), fez com que o Brasil incentivasse a vinda de europeus.

Analisando estas, que foram as principais variantes estruturais, além do relativo caos em que se encontrava a estrutura fundiária no Brasil, já que não se detinha o controle de quem realmente era proprietário de terra no país, quer por concessões ou por posse, incluindo ainda aqui as falcatuas executadas pelos grandes fazendeiros na demarcação de suas propriedades, é que se contextualiza a implementação da lei de Terras de 1850, que a princípio não causou grande impacto, mas que deixou um legado excludente na questão do acesso a terra, que somente poderia ser adquirida mediante a compra.

Dessa forma, a lei de terras serviu para articular estas duas principais mudanças estruturais nas relações capitalistas de então: assegurar a propriedade dos fazendeiros a esta “nova” e rentável mercadoria (a terra), além de garantir que tantos os escravos libertos quanto os imigrantes não constituíam uma “concorrência” por efetivamente cultivarem a terra, e nem que “escapariam” do propósito ao qual foram trazidos para o país, a saber, constituir mão-de-obra, já que restringir o acesso a terra incapacitaria estes de subsistirem, obrigando-os a vender sua força de trabalho, tão necessária para impulsionar a nova e lucrativa atividade econômica do país, a cafeicultura.

Refletindo um pouco mais sobre esta questão, podemos inferir que desde o início da colonização do país até os dias atuais, os dirigentes sempre voltaram-se para assegurar a propriedade e prosperidade dos grandes grupos econômicos, a princípio os proprietários de terra, e posteriormente os agro-industriais e empresários.

II. Período Industrial

O Brasil passava por graves problemas estruturais, principalmente no que concerne a estagnação econômica e a dependência externa para articular seu desenvolvimento. Impossibilitadas de impulsionarem um mercado interno sólido, as elites regionais procuravam desesperadamente por um novo produto que pudesse alavancar seu crescimento econômico. “O café, se bem que fora introduzido no Brasil desde começos do século XVIII e se cultivasse por todas as partes para fins de consumo local, assume importância comercial no final desse século, quando ocorre a

alta de preços causada pela desorganização do grande produtor que era a colônia francesa do Haiti”.⁵

O desenvolvimento do café se deu na região sudeste, não somente por suas condições naturais favoráveis, mas principalmente por possuir uma série de elementos necessários, como mão-de-obra ociosa e abundante, proveniente da mineração, além de ter sido gerida desde o início por pessoas que possuíam experiência comercial, o que fez com que esta atividade ganhasse uma notória representatividade econômica. Além de que “desde cedo eles compreenderam a enorme importância que poderia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a república”.⁶

A princípio, quando o cultivo do café se tornou representativo economicamente, houve o problema da mão-de-obra, que embora pré-existente, não atendia a crescente demanda, pois deve-se considerar inclusive o fim da utilização de mão-de-obra escrava com a sua abolição. O Governo Imperial exercia intervenção política nesta época em prol dos produtores de café, custeando a viagem do imigrante europeu, para que os fazendeiros se encarregassem de custear sua manutenção no primeiro ano de estadia, concedendo-lhes ainda uma pequena propriedade de terra para sua subsistência. Tal prática propiciou um sistema que promoveu o parcelamento, mesmo que pequeno, da grande propriedade, o que caracteriza a região por possuir muitas pequenas propriedades e poucas grandes propriedades, embora que representativamente as poucas grandes detenham a maior parte das terras disponíveis, além de favorecer o desenvolvimento de uma dinâmica comercial interna, já que os excedentes agrícolas produzidos por estas famílias eram comercializados.

Com o desenvolvimento desta atividade econômica e a consolidação destas elites no poder local, é que se efetiva espacialmente o “casamento” entre os interesses econômicos e políticos. Utilizando-se da máquina pública, a oligarquia do café, e posteriormente do café com leite (São Paulo e Minas Gerais) arquitetam toda uma infra-estrutura que favorece os interesses econômicos e comerciais, proporcionados pelo uso da máquina pública. Isto evidencia claramente a expropriação dos benefícios do aparato estatal para o conjunto da população, não que este aparato tenha sido usado alguma vez prioritariamente para atender o conjunto da população, mas o sentido da própria existência do Estado é deturpado quando apenas uma parte se

⁵ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

⁶ Ibidem.

apropriar de todas as benesses da produção social de bens e serviços para alcançar seus próprios interesses.

O desenvolvimento da cultura do café provocou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, suprido por uma expressiva imigração estrangeira. Isto trouxe como consequência, para a região, a constituição de um mercado para produtos industrializados.⁷

Em decorrência desta demanda por produtos industrializados e pela consolidação de uma dinâmica interna de mercado, é que a indústria implanta-se na região sudeste, “a produção industrial era considerada como auxiliar, em relação ao café. Esse, no entanto, acabou por favorecer a penetração do capital estrangeiro com o objetivo de instalação industrial”.⁸

O nordeste, forçado a diversificar suas atividades econômicas, pela decadência do açúcar, implementou uma incipiente indústria têxtil atrelada ao plantio de algodão que se fez mais ao interior do país, o que não causou um grande impacto na economia já que o produto era valorizado externamente, além disto, a conservadora estrutura oligárquica regional, não permitiu um maior dinamismo e diversificação social, o que emperrou o desenvolvimento de um mercado regional interno, desfavorecendo assim, a implementação dos grandes grupos econômicos e de uma indústria mais consistente.

A região norte, baseada na coleta de produtos naturais da floresta Amazônica, não desenvolveu sequer uma estrutura territorial organizada. “Este tipo de atividade não propiciou nem mesmo a constituição de uma sociedade organizada, razão pela qual a Amazônia, desde o período da colonização, esteve defasada em relação às outras regiões do país”.⁹

A região sul e centro-oeste se desenvolveram atreladas ao desenvolvimento da região sudeste, não com o mesmo caráter, mas com a finalidade de fornecer produtos primários para abastecer as necessidades desta região. O diferencial da região sul foi que, devido ter sido povoada principalmente pelo imigrante europeu, houve um maior parcelamento de terra, o que diferencia a região das demais do país, além de que o imigrante europeu já vinha com uma visão de mercado mais ampla que a população residente no país, o que fez com que esta região ao longo do tempo não só fosse fornecedora de produtos primários para a região sudeste, mas que desenvolvesse atividades paralelas com as desenvolvidas nesta região.

⁷ VELASCO, Lana C. **Divisão Regional do Brasil a Partir da Divisão Regional do Trabalho**. Boletim Goiano de Geografia. 7 e 8 (1-2): 117-135. Jan/Dez 1987/88.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

Nesta época, a caracterização espacial brasileira se diversificava com relação ao período colonial, não somente pelo mero surgimento de novas zonas com relativo dinamismo, mas principalmente pelo surgimento de uma infra-estrutura básica, necessária ao desenvolvimento da atividade cafeeira, como posteriormente de forma mais consistente, necessária à atividade industrial.

O padrão de exportações primárias diversificou-se com a exploração da borracha na Amazônia e com o cultivo do cacau na Bahia. Mesmo assim, o complexo exportador de café que envolvia um setor agrário e industrial produtivo e um setor mercantil urbano manteve-se dominante (Cano, 1977).¹⁰

A descentralização republicana havia reforçado o poder dos plantadores de café ao nível regional.¹¹ Isto fez com que os grupos plantadores de café tivessem uma autonomia ainda maior sobre o aparato estatal, que já fazia grandes inversões de capital para o incentivo de imigrantes europeus que iriam constituir mão-de-obra, como criava toda uma infra-estrutura para a expansão e exportação deste cultivo. Com todos esses incentivos, não é de se estranhar que houvesse uma superprodução de café e consequentemente uma queda nos preços, mas, foi implementado pelos cafeicultores, via aparelho do Estado, uma política de valorização do café, que foi selada no Convênio de Taubaté, e constituía-se principalmente dos seguintes pontos: a- com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b- o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; c- o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportado; d- a fim de solucionar o problema a longo prazo, os governos dos Estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações.¹²

Após 1924, o governo respondeu a um período de superprodução adotando uma política de valorização permanente, visando manter os preços continuamente num patamar elevado.¹³

Podemos constatar que vultosos investimentos Estatais foram disponibilizados para grupos que usufruíam do poder, e mantinham-se voltados para os seus próprios interesses, ou seja, enriquecimentos absurdos à custa do trabalho dos imigrantes europeus, que foram trazidos para atender a estes interesses particulares.

¹⁰ BECKER, Berta K. e EGLER, Cláudio A.G. **Brasil uma Nova Potência Regional na Economia – Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

¹¹ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1980.

¹² Ibidem.

¹³ BECKER, Berta K. e EGLER, Cláudio A.G. **Brasil uma Nova Potência Regional na Economia – Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Embora a ideologia política fosse fraca, os fazendeiros do café passaram do liberalismo econômico para uma completa adesão à regulação do mercado. Já dominante, esta ideologia forneceu uma crucial legitimação da expansão do poder público, ainda que dentro de um contexto oligárquico.¹⁴

Neste mesmo contexto, surgem novas classes com interesses que diferem da oligarquia cafeicultora, sendo constituída pelos empresários, pela classe média urbana e comerciantes, que não se articulam para fazer frente aos cafeicultores, mas exercem pressão em diferentes núcleos contra estes, pondo em cheque a hegemonia oligárquica.

Os cafeicultores viam-se em uma situação instável, ora por seu produto não apresentar boas perspectivas a longo prazo, ora por ter cada vez mais núcleos opositores, na escala regional e também nacional, já que muitas das intervenções estaduais não tinham o apoio do governo federal, mas de financiamentos estrangeiros. Paralelamente, o setor urbano, oriundo das condições criadas pelo café, promoveu a elevação da demanda por bens de consumo, propiciando que a indústria destes bens se expandisse.

O primeiro censo geral das indústrias brasileiras (1907) registrou 3.258 estabelecimentos e 150.841 operários, sobressaindo a indústria têxtil (cerca de 60%) e de alimentação (15%), concentradas no Rio de Janeiro (33%), São Paulo (16%) e Rio Grande do Sul (15%).¹⁵

Tratava-se sobretudo de uma indústria de firmas individuais, privadas, boa parte delas pertencentes a imigrantes estrangeiros. A partir da Primeira Guerra Mundial, dadas as dificuldades de importação, implantam-se no Brasil indústrias subsidiárias de grandes empresas estrangeiras montadoras – como foi o caso da indústria química e farmacêutica, e de veículos motores da General Motors e Ford – ou frigoríficas como a Swift, Wilson, Armour e Anglo.¹⁶

A situação brasileira no final dos anos 20 foi marcada pela sucessão de crises políticas recorrentes. O caráter bipolar do Estado ainda permanecia, já que, apesar do republicanismo formal, mantinha como nunca o autoritarismo tradicional.¹⁷

Com uma série de fatores tanto externos, como a crise de 1929, e internos, revolução de 1930, o país passou por mudanças que são consideradas um marco na

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ COSTA, Wanderley M. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo: Editora USP, 2001.

sua história, pois o rompimento com as antigas oligarquias regionais é efetivado, não as excluindo do poder, mas subordinando-as a um poder central.

Pela primeira vez, instaura-se um regime político que é fruto e sustentáculo das classes dominantes, mas que muda as regras do jogo, de modo a garantir, pela proeminência de um Estado forte, “acima das regiões, das classes, dos partidos, etc.”, a continuidade acelerada da modernização capitalista do país e a articulação, “pelo alto” de sua unidade nacional.¹⁸

Aparelhamento Estatal, período de transição.

A partir de 1930, a acumulação prosseguiu por uma nova via: expansão industrial com base urbana.¹⁹

Ao Estado coube papel de relevo no alargamento das bases produtivas, quer como empresário na indústria de base, quer rompendo os pontos de estrangulamento em energia e transporte, e extração mineral, quer como regulador do mercado de trabalho através de uma complexa legislação trabalhista.²⁰

Foram criados inúmeros órgãos voltados ao planejamento e regulação de setores econômicos onde o Estado pretendia intervir de modo que impulsionasse seu desenvolvimento através de políticas setoriais.

Esses organismos oficiais, a maior parte deles embriões de órgãos e empresas estatais atuais, constituem a base da ação de um Estado que toma para si a tarefa de promover o desenvolvimento do país, particularmente o industrial, dentro dos quadros do capitalismo internacional de então.²¹

A indústria consolida-se como setor de ponta da economia, e pós 1937, o Estado passou a ser motor da acumulação do capital no país, garantindo a concentração industrial no sudeste. O planejamento regional se deu em torno da região central, sendo as outras regiões caracterizadas como periféricas e fornecedoras de matérias-primas além de mercado consumidor de bens industrializados.²²

A internacionalização da economia brasileira, o crescimento acelerado articulado pelo Estado, além das mudanças na divisão internacional do trabalho com a recuperação da economia europeia, estabeleceu as “bases do modelo do “tripé”: o

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ BECKER, Berta K. e EGLER, Cláudio A.G. **Brasil uma Nova Potência Regional na Economia – Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

²⁰ Ibidem.

²¹ COSTA, Wanderley M. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo: Editora USP, 2001.

²² Adaptado de VELASCO, Lana C. **Divisão Regional do Brasil a Partir da Divisão Regional do Trabalho**. Boletim Goiano de Geografia. 7 e 8 (1-2): 117-135. Jan/Dez 1987/88.

capital privado nacional produzindo bens não duráveis, o capital estrangeiro dominando a produção de bens duráveis e o capital estatal operando na esfera dos bens de produção.²³

Com todo este aparelhamento, o Estado brasileiro detém toda uma infraestrutura necessária à implantação de grandes grupos industriais estrangeiros, além de ser dotado de um mercado interno ávido pelos novos produtos industrializados. Diante deste cenário, grupos econômicos passaram a enxergar no Brasil uma grande possibilidade de gerar lucros, tornando-se economicamente viável o investir no supracitado país.

III. O Período Monopolista.

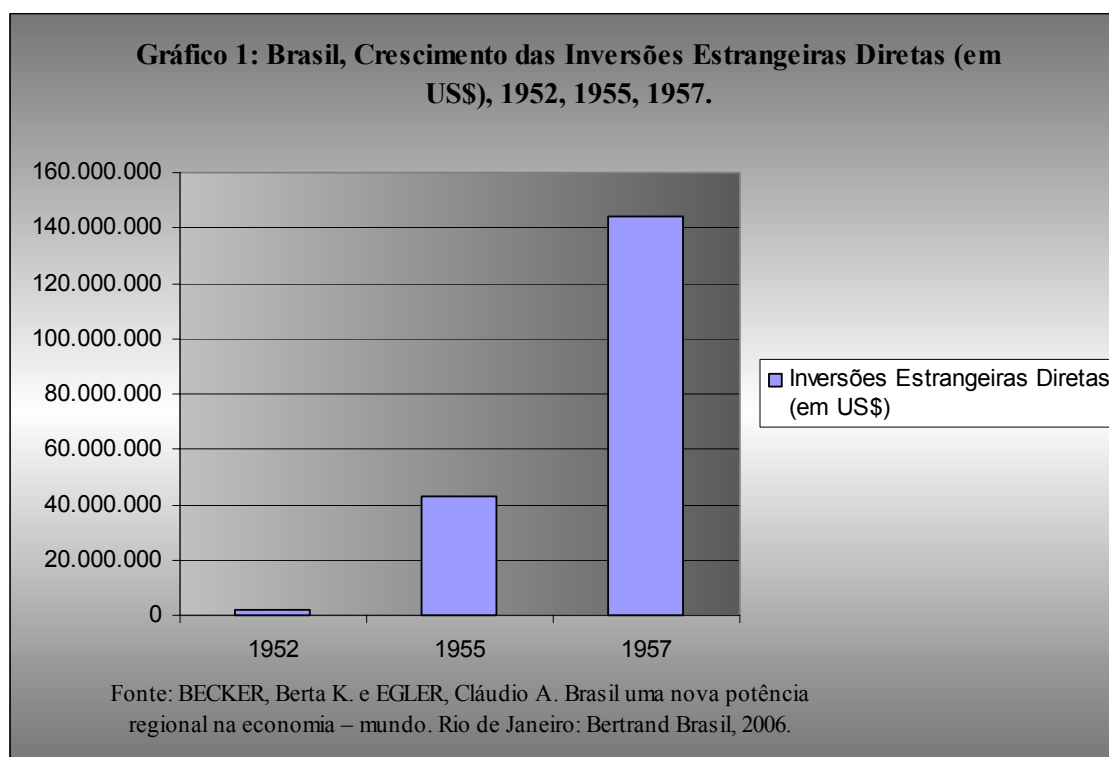
Com uma acentuada presença do capital estrangeiro no processo de industrialização brasileira, a monopolização da economia é efetivada pelos grandes grupos econômicos internacionais. Assim, o ritmo de crescimento passa a ser comandado por estes grupos, o que deixa o país vulnerável aos seus interesses.

Kubitschek, em seu Plano de Metas com o slogan: “Cinquenta anos em cinco”, impulsionou o crescimento econômico do país através do endividamento externo.

Houve na economia uma transformação da estrutura produtiva industrial, caracterizando-se pela implantação da produção de bens de consumo duráveis – indústria automobilística, de eletrodomésticos, e outros, e de bens de capital e intermediários.²⁴

²³ BECKER, Berta K. e EGLER, Cláudio A.G. **Brasil uma Nova Potência Regional na Economia – Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

²⁴ VELASCO, Lana C. **Divisão Regional do Brasil a Partir da Divisão Regional do Trabalho**. Boletim Goiano de Geografia. 7 e 8 (1-2): 117-135. Jan/Dez 1987/88.



Concentração de capital e firmas, inflação e dívida externa, concentração de renda e crescente poder da burocracia tornaram-se problemas que surgiram durante a administração de Kubitschek.²⁵

Um outro marco da história política e econômica do país que se segue, foi o golpe militar de 1964, que incentivou ainda mais a internacionalização da economia do país.

A política econômica após o golpe de 64 visou consolidar e aperfeiçoar o controle monopolístico da economia brasileira, ao nível das forças produtivas e com mudanças no processo de acumulação.²⁶

Nesta época, em que a indústria é o principal foco do esforço governamental para a aceleração do desenvolvimento capitalista no Brasil, o atraso na agricultura é visto como um entrave ao desenvolvimento industrial, quer por sua baixa produtividade, que não atende a crescente demanda interna, e como a oferta é menor, seguindo a lógica de mercado, há uma valorização dos seus produtos. Assim sendo, os trabalhadores passaram a priorizar seus gastos com alimentos e não com os produtos industrializados e, além disso, as relações tradicionais com os trabalhadores do campo acarretavam outras formas de relação que não a assalariada, deixando estes a margem do mercado consumidor de produtos industrializados.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Ibidem.

Assim, a questão agrária entrou em evidência nos debates políticos e econômicos, no tocante a sua estrutura arcaica e suas relações ultrapassadas. Logo a questão sobre sua reforma passou a ser discutida com uma grande representatividade política, mas as elites tradicionais se tornaram um entrave ao amadurecimento da questão. Com isso, as opções no tocante a estrutura agrária, se resumiam basicamente a duas neste momento, sendo uma a promoção de um maior parcelamento da terra, favorecendo o seu acesso, além de fornecer insumos suficientes para o aumento da produtividade, elevando a oferta de alimentos, ocasionando uma maior circulação de renda no campo, além de propiciar um rebaixamento no nível dos preços dos alimentos, resolvendo a problemática imposta, ou a mais conservadora, mantendo-se a velha estrutura com uma nova roupagem, a do agro-negócio, investindo maciçamente em tecnologia e na modernização agrícola, fazendo com que poucas, mas grandes propriedades dessem conta de atender a demanda interna, além de expelir grandes contingentes populacionais para os grandes centros urbanos, consequentemente favorecendo o barateamento da mão-de-obra.

Este momento foi crucial e determinante para o deslanche dos fatos que se seguem hoje no país, com uma estrutura fundiária altamente excludente, além da situação de miserabilidade nos grandes centros urbanos, formadas principalmente por este excedente populacional oriundo do campo.

Mas um efeito colateral “imprevisto” decorrente desta estrutura adotada diz respeito ao direcionamento da produção destas propriedades para o mercado externo, que se tornou mais lucrativo, promovendo instabilidade na oferta de alimentos, e consequentemente relegou para segundo plano a questão da segurança alimentar da população.

Do ponto de vista regional, a hegemonia da região sudeste se consolida de uma vez por todas, fazendo com que as outras regiões se desenvolvam e articulem-se em função desta. A região sul, que já se desenvolvia atrelada à região sudeste, modernizou sua produção agropecuária, potencializando sua produtividade, e isto fez com que houvesse uma valorização da propriedade, além de que muito dessa modernização significou o endividamento de pequenos produtores que viram na valorização da propriedade uma oportunidade de quitar suas dívidas e de expandir seu potencial produtivo, comprando novas propriedades na zona de expansão agrícola, a saber, o centro-oeste, que pela disponibilidade de terras, favoreceria a implementação da grande propriedade monopolista, hoje caracterizada como agro-negócio.

O centro-oeste passou a ser ocupado como instrumento de acumulação. (...) Seu papel na divisão regional do trabalho foi o de fornecedor de recursos naturais agrícolas, cada vez mais beneficiados na região. A região passou a ter um caráter de extensão da Região Sudeste, que lhe foi dado pelas formas de valorização do capital, pela penetração de grandes lavouras industrializadas e pelo avanço do capital.²⁷

A tradicionalidade da economia nordestina com o atraso das suas estruturas produtivas, além das péssimas condições de vida e trabalho enfrentadas por seus trabalhadores, ocasionaram um grande afluxo de mão-de-obra para a região sudeste, e isto ocasionou uma forte pressão social nesta região, além do descontentamento dos grupos dominantes do nordeste que viam seus “braços” evadindo. Em decorrência disto, foi criada a SUDENE, que teria o papel de descentralizar a indústria do sudeste e canalizar investimentos para a região. Com sua política de incentivos fiscais, algumas indústrias estabeleceram-se na região, não decorrendo necessariamente de sua dinâmica, mas da intervenção do Estado na concessão de incentivos e na construção da infra-estrutura necessária.

Quanto à região norte, que até hoje é caracterizada como um grande vazio demográfico e desarticulada do restante do país, vista mais como um encargo do que como um potencial para o crescimento ou “desenvolvimento”, já que constituiu mais de 50% do território, além de concentrar riquezas incontáveis, tentou ser “incorporada” ao restante do país principalmente durante o regime militar, com o desenvolvimento de políticas específicas para a região.

Essas políticas visavam a refazer e reforçar os laços da região com o resto do país, e reabri-la ao desenvolvimento do capitalismo.²⁸ A ocupação da Amazônia (...) se fez em primeiro lugar por um processo de monopolização das terras por grandes proprietários, nacionais ou estrangeiros. Em seguida foram expropriados de suas terras índios e posseiros antigos para, finalmente, ocorrer a proletarianização generalizada desses mesmos índios e posseiros.²⁹

Hoje esta região é cobiçada pelos agricultores do nordeste e do centro-oeste como nova fronteira agrícola, como amplamente divulgado, e também por grandes grupos estrangeiros de diferentes segmentos, desde a indústria madeireira até a farmacêutica, que sorrateiramente através do aval do Estado, estão comprando a Amazônia com o pretexto de preservá-la, e o Estado, reproduzindo a mesma política

²⁷ NETO, Wenceslau G. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

²⁸ VELASCO, Lana C. **Divisão Regional do Brasil a Partir da Divisão Regional do Trabalho**. Boletim Goiano de Geografia. 7 e 8 (1-2): 117-135. Jan/Dez 1987/88.

²⁹ Ibidem.

colonial portuguesa, está relegando à iniciativa privada a incumbência de “integrá-la” ao capitalismo mundial, canalizando apenas uma parte irrisória, por que não simbólica, do grande potencial desta região.

IV. Referências Bibliográficas:

ALVES, Glória da A. **Estado, Região e Poder no Brasil**. XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa, 2002. CD-Rom.

ARAÚJO, Tânia B. **O Elogio da Diversidade Regional Brasileira**. In: BENJAMIN, Cesar e ELIAS, Luiz A. Brasil: Crise e Destino. Entrevista com pensadores contemporâneos. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

BECKER, Berta K. e EGLER, Cláudio A. **Brasil uma Nova Potência Regional na Economia – Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Wanderley M. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

NETO, Wenceslau G. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

VELASCO, Lana C. **Divisão Regional do Brasil a Partir da Divisão Regional do Trabalho**. Boletim Goiano de Geografia. 7 e 8 (1-2): 117-135. Jan/Dez 1987/88.